

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

# RELATÓRIO

---

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ATLÂNTICOLINE S.A.

PONTA DELGADA  
NOVEMBRO DE 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	3128 Proc. n.º 36.09
Data	016/12/02 N.º 1/11



---

TRABALHOS DA COMISSÃO

---

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 25 de novembro de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de proceder à audição do Mestre Carlos Manuel Redondo Faias, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline S.A.

O *Curriculum Vitae* do Mestre Carlos Faias fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

---

1.º. CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição.” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A)

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos.” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A)



---

## 2°.CAPÍTULO - AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

---

O Mestre Carlos Faias começou, em primeiro lugar, por cumprimentar o Presidente da Comissão de Economia da ALRAA, bem como todos os restantes Deputados, desejando votos de um bom trabalho em prol do harmonioso desenvolvimento económico e social dos Açores.

Informou que pretendia efetuar uma primeira intervenção introdutória com a exposição do seu currículo, objetivos e orientações que considera fundamentais para o exercício do cargo para o qual é indigitado.

Iniciou a sua intervenção, afirmando que foi com muita satisfação pessoal que viu o seu nome ser indicado para presidir ao Conselho de Administração da Atlânticoline, por tratar-se de um projeto desafiante, que aceitou prontamente, já que considera ser possuidor das características, conhecimento e competências necessárias para o efeito, conforme atesta a nota curricular e profissional disponibilizada e do conhecimento dos senhores Deputados.

Na nota curricular, consta que se licenciou em Gestão de Empresas do Turismo, em 1998, pela Escola Superior Hotelaria e Turismo do Estoril, ano em que vem residir para os Açores, e detém, desde 2006, o grau de Mestre em Gestão, com especialização em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, pela Universidade Técnica de Lisboa e Universidade dos Açores.

No âmbito do seu percurso profissional nos Açores, destacou a sua ligação de 8 anos, entre 2001 e 2007, à Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária. Durante este período e em representação da Cresaçor, foi vogal de Direção da ARDE – Associação de Desenvolvimento Regional, entidade gestora dos PIC LEADER e PRORURAL, nos concelhos de Ponta Delgada e Vila do Porto, e assumiu o cargo de Diretor Técnico da Agencia Regional de Microcrédito dos Açores, entre 2005 e 2008.



Foi coordenador do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, em 2007 e 2008, tendo sido promotor da instalação do referido Centro e colaborado na criação da Cadeira de Empreendedorismo. Esteve relacionado com diversos projetos turísticos, designadamente na criação, desenvolvimento e exploração de diversos estabelecimentos de restauração entre 1998 e 2007.

Nos X e XI Governos Regionais dos Açores, ou seja, entre dezembro de 2008 e novembro de 2016, foi Diretor Regional da Habitação, definindo-se como uma pessoa trabalhadora, persistente e com disponibilidade para ouvir e dialogar.

“Julgo deter a capacidade para liderar uma empresa do setor empresarial da Região, com rigor, isenção, transparência e seguindo critérios de racionalidade e eficiência económica, bem como aquelas que forem as orientações estratégicas globais e específicas definidas pelo Governo,” disse o Gestor indigitado.

O Mestre Carlos Faias, afirmou que “É, hoje, inequívoca a necessidade da manutenção do serviço de transporte marítimo de passageiros e de viaturas a ligar as ilhas dos Açores, tornando, por essa via, as distâncias mais curtas e promovendo a mobilidade dos residentes e dos visitantes.”

Considerou as ligações marítimas entre as ilhas indispensáveis no que se refere à mobilidade laboral, às trocas comerciais, ao fluxo turístico e às deslocações por motivos de saúde.

Referiu também, que o Programa de Governo para a XI Legislatura, elenca a consolidação do modelo do transporte marítimo de passageiros como um objetivo estratégico para o desenvolvimento social e económico da nossa Região e de todos os Agentes que a constituem e nela coabitam.

Afirmou que a Atlânticoline tem um papel fundamental e uma missão imprescindível no assegurar da disponibilização generalizada de um serviço de transporte marítimo de passageiros e viaturas, com segurança e qualidade, garantindo a frequência, a preços



acessíveis e adequados ao nível do poder de compra dos diversos segmentos de mercado.

Disse que o transporte marítimo de passageiros, viaturas e mercadorias promove a coesão territorial, dinamiza o mercado interno e contribuí para a afirmação dos Açores enquanto destino turístico.

Considerou que os Açores têm vindo a registar um crescimento no nível de desenvolvimento, que tem expressão no crescimento de diversos indicadores económicos e sociais, desde logo, o nascimento de novas empresas, nomeadamente no setor do turismo, o crescimento dos fluxos turísticos, acima da média nacional e, consequentemente, no decréscimo da taxa de desemprego, em que o crescimento do movimento marítimo de passageiros e viaturas na Região é, também e simultaneamente, causa e consequência desse desenvolvimento.

Referiu que o ano de 2016 foi de viragem de uma trajetória ligeiramente decrescente, no que se refere à procura pelo transporte marítimo sazonal, registando um acréscimo de 0,72% e 18,92%, no transporte de passageiros (101.192) e de viaturas (20.587), e no que se refere à operação regular registando, até final do 3 trimestre de 2016, um crescimento de cerca de 8% no número de passageiros (+ 30.000) e quase 30% em termos de viaturas transportadas (+2.500), beneficiando claramente da opção do investimento na renovação da frota.

O gestor indigitado referiu os seus compromissos face a alguns desafios que considera fundamentais para o futuro da Atlânticoline:

1. Concretizar a missão da Atlânticoline, ou seja, prestar um serviço público de disponibilizar transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, nos Açores;
2. Otimizar a operação, conjugando as ações necessárias ao desenvolvimento económico e social e à coesão territorial da nossa Região, atendendo às necessidades de todas as ilhas, sem prescindir do equilíbrio económico e financeiro da empresa;



3. Diversificar as fontes de receita, aproveitando com inovação, a atual tendência de crescimento da procura;
4. Aumentar a previsibilidade da operação, sem nunca descuidar a segurança dos tripulantes e dos passageiros, por forma a permitir uma programação antecipada e disponível a todos;
5. Dar continuidade à prossecução dos objetivos definidos para a empresa, de acordo com as orientações da estrutura acionista, nomeadamente no que refere à construção de 2 navios novos. Referiu que concorda com a opção da aquisição, pois parece-lhe a mais acertada e vantajosa em termos técnicos, operacionais e financeiros, a qual permite uma resposta adequada às necessidades e características do mar e dos portos dos Açores, possibilita anular os custos associados ao fretamento e de estar dependente da oferta de embarcações disponíveis no mercado, e permite ainda disponibilizar um serviço de transporte de carga rodada. Neste âmbito recordou a experiência positiva no transporte regular de pessoas e viaturas no Grupo Central, recorrendo navios próprios.
6. Reforçar a comunicação, a imagem e as relações e acordos comerciais; e
7. Valorizar os recursos humanos através da aposta em formação profissional, designadamente nas ferramentas de gestão e de informação, que permitam a otimização dos recursos e da operação.

Deu por concluída a sua primeira intervenção e ficou disponível para o esclarecimento de eventuais questões que a Comissão entendesse colocar-lhe, em função dos conhecimentos que detinha no momento.

O Deputado José Ávila cumprimentou todos os presentes e dirigiu os parabéns ao Dr. Carlos Faias pela sua indicação para presidente do conselho de administração da Atlânticoline, cargo que considera relevante para o futuro da região, numa das empresas mais importantes do setor público empresarial, a par do Grupo SATA e Portos dos Açores, que tem como objetivo o transporte marítimo de passageiros e viaturas de forma regular no triângulo, o transporte marítimos de passageiros e viaturas de forma sazonal nas restantes ilhas, e ainda o transporte de passageiros entre as Flores e o Corvo.



O Deputado perguntou como avaliava estes serviços prestados pela Atlânticoline, se considerava possível exportar o bom exemplo do Triângulo às restantes ilhas e o que pretendia fazer para melhorar e articular as ligações e horários.

Para finalizar, perguntou ainda em que medida a sua experiência em contratação pública e o seu vasto currículo em cargos de gestão pública poderiam ou não ajudar no desafio dos concursos e da construção dos dois novos navios e nos desafios permanentes da operação sazonal.

O gestor indigitado, agradeceu os considerandos feitos à sua pessoa e respondeu dizendo que a Atlânticoline prestava dois tipos de serviços centrais e de serviço público, a operação regular e a operação sazonal durante determinado período do ano, pelo que o serviço regular realizado no grupo central e no grupo ocidental era um serviço que satisfazia as necessidades.

Pretendia adequar e melhorar a previsibilidade da operação, otimizando as ligações e horários, sem colocar em causa o equilíbrio financeiro da empresa, nomeadamente através do diálogo e auscultação das forças locais, como os Presidentes de Câmara, os Conselhos de Ilha, procurando dar respostas às pretensões das ilhas e de todo a região.

Respondeu, também, que a experiência adquirida em contratação pública deu-lhe alguns conhecimentos, nomeadamente de empreitadas e prestações de serviços, para responder positivamente aos desafios futuros, nomeadamente ao previsto no programa de governo referente à aquisição de dois novos navios, já em curso, estando a ser verificado por entidades internacionais na União Europeia.

A Deputada Catarina Cabeceiras, após cumprimentar o gestor indigitado, desejando sucesso no desempenho das suas funções para o bem dos transportes, mas também para o bem da nossa região, afirmando ser este um serviço essencial que deve ser seguro e pontual, quer para o turismo, quer para os serviços ou ainda para a saúde, não esquecendo a coesão territorial, perguntou qual a visão futura para o transporte no grupo central, não só no transporte entre Faial, Pico e São Jorge, mas também com o transporte entre São Jorge, a Graciosa e a Terceira.



Perguntou de igual modo, para quando a disponibilização dos horários para o ano de 2017, realçando a importância de serem conhecidos o quanto antes, e que medidas pretendia realizar para articular os transportes marítimos e os transportes aéreos na nossa região.

O Mestre Carlos Faias respondeu que a sua visão para o transporte marítimo na região era o de realizar as ações necessárias para garantir o futuro e o desenvolvimento socioeconómico da nossa região e de todas as nossas ilhas, não só do Faial, Pico e São Jorge. Na operação regular, com o aumento de passageiros, também derivado aos novos navios, queremos manter critérios de racionalidade e tentar otimizar os recursos ao dispor da Atlânticoline para, de forma continuada, melhorar a operação atendendo os desejos e necessidades de cada uma das ilhas, mas mantendo o equilíbrio da empresa.

Quanto à disponibilidade atempada de horários, respondeu que era o que pretendia para a operação sazonal, uma vez que a operação regular disponibilizava horários atempadamente, porque tem navios próprios. Esta experiência reforça, no seu entender, a necessidade de aquisição/construção dos dois novos navios, uma vez que não é possível lançar horários sem saber que navios a região terá para a próxima operação.

O gestor referiu ter conhecimento do Plano Integrado de Transporte e da tentativa de conciliação entre o transporte aéreo e o transporte marítimo, dando o exemplo da ligação existente ao sábado entre o Pico e Lisboa, o que levou a Atlânticoline a adequar a sua ligação às Velas, fazendo com que se pudesse chegar e sair de São Jorge por essa via. Por outro lado, também destacou, na sua resposta, que não seria recomendável penalizar a maioria dos utilizadores dos vários meios de transportes para beneficiar somente alguns, pelo que seria necessário analisar caso a caso para uma adequada articulação, nomeadamente entre os conselhos de administração da SATA e da Atlânticoline.

O Deputado António Vasco Viveiros, após cumprimentar o Dr. Carlos Faias, avaliou positivamente a sua formação académica, com formação específica em gestão, a sua experiência em empresas, mas referindo que nenhuma teria a dimensão da Atlânticoline, acrescentando que faltava, no seu entender, experiência no setor marítimo e nos transportes.





Referiu que a questão central residia na compra dos dois novos navios, sendo que ao se utilizar recursos comunitários para este projeto, que os mesmos recursos comunitários deixariam de estar disponíveis para outros projetos, sendo esta uma empresa sem autonomia financeira, que vive de subsídios do governo, e gostaria de saber se esta opção se irá melhorar ou não essa situação, se exigirá mais ou menos recursos do governo.

Para finalizar, perguntou porque motivo o crescimento do turismo não se refletiu no crescimento da operação sazonal.

O Mestre Carlos Faias, agradeceu os elogios e respondeu que a “experiência ganha-se”. Ao longo do seu percurso profissional como exemplo, referindo que tem vindo a adquirir conhecimentos e competências ao longo do tempo, uns mais genéricos, outros mais específicos, mas que conciliados com o fato de conhecer cada uma das nossas ilhas, os seus Presidentes de Câmara e as forças vivas de cada uma das ilhas, irão permitir ter sucesso nesta missão.

Relativamente à aquisição dos dois novos navios, e referindo que só tem conhecimento do que é público, uma vez que só após esta audição poderá iniciar funções, considera que o projeto encontra-se finalizado. Os dois novos navios próprios serão fundamentais para a operação que se pretende para o futuro e para o desenvolvimento dos Açores.

Quanto aos pagamentos efetuados pelo governo, respondeu que os via como uma remuneração pela prestação de um serviço e não como um subsídio, dizendo que também existia um custo de oportunidade na aquisição dos navios, ou seja, de a região aproveitar ou não os fundos comunitários, de ter ou não ter frota própria e renovada. Referiu que devíamos aproveitar realizar um investimento de 85 milhões de euros, com menos de 13 milhões de euros de comparticipação da região. Questionou se queremos ou não continuar sujeitos ao mercado do fretamento, aos seus custos e à incerteza quanto a disponibilidade de navios, referindo que a operação futura com navios próprios teria custos menores do que os atuais.

Para finalizar esta ronda de respostas, referiu que 2016, com um crescimento de 0,72% passageiros e de 18% viaturas, foi o ano de viragem e que pretendia aproveitar as



sinergias do novo modelo de acessibilidades aéreas, para tentar otimizar as fontes de receitas e tentar estabelecer os contratos que aumentem o número de passageiros.

O Deputado Paulo Estevão, felicitou o Dr. Carlos Faias pela sua indigitação para Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline, referindo que o parecer desta Comissão não é vinculativo, mas que reforça a sua posição e a respetiva nomeação se o parecer for positivo. Considerou que o gestor indigitado possui um currículo adequado, com provas dadas ao longo dos anos e se identificava com o programa do governo e com os objetivos principais da empresa, com um conhecimento dos dossiers lógico, estrutural e racional

O Deputado questionou qual a sensibilidade do gestor relativamente às ligações entre as Flores e o Corvo, nomeadamente algumas ligações que eram canceladas por motivos do estado do mar, mas que depois não eram repostas no dia seguinte.

Questionou, de igual modo, a disponibilidade para melhorar a articulação entre os transportes marítimos e transportes aéreos no grupo ocidental, com vista a uma melhor acessibilidade à ilha de Corvo, que, como se sabe, não possui ligações aéreas todos os dias.

Referiu que o transporte marítimo durante o verão era insuficiente para o previsível crescimento do fluxo turístico para o Corvo e que seria bom uma maior capacidade de transporte marítimo na época alta.

Finalizando, afirmou que o PPM não estava contra a aquisição dos dois novos navios, porque acreditava no crescimento do turismo e que, neste caso, o transporte marítimo era essencial para esse crescimento, mas tinha reservas relativamente aos custos de manutenção anual e relativamente à necessidade de uma operação anual destes navios.

O Mestre Carlos Faias agradeceu as considerações feitas pelo Deputado e respondeu que as viagens e suas reposições dependiam sempre de questões de segurança, das condições de mar verificadas naquela altura e que por vezes durante determinados períodos de tempo, efetivamente, não se consegue efetuar algumas viagens.



Referiu também que tem existido alguma articulação entre o transporte marítimo e o transporte aéreo com benefícios para a população do Corvo e que a pernoita da lancha Ariel no Corvo é também mais uma forma e um meio de proteção civil ao serviço do Corvo.

Relativamente ao aumento do número de frequências na época alta, referiu a existência de operadores privados que fazem também essas ligações, pelo que considera necessário encontrar um equilíbrio, entre o serviço público e a atividade privada existente.

Por último respondeu que a futura operação a realizar pelos dois novos navios terá de ser rentabilizada, que essa operação deverá de ser analisada e concertada com os operadores do setor, com vista à sua definição, seja ela anual ou sazonal, dando o exemplo de São Jorge, que beneficiou com a implementação de uma operação regular e outra anual. Referiu ainda ter de existir uma visão global de todos os efeitos económicos diretos e indiretos, não se olhando apenas para a rentabilidade da Atlânticoline, mas também para os efeitos em toda a economia açoriana.

O Deputado Paulo Estevão exerceu o seu direito de replica, considerando que a reposição de viagens é essencial para a população do Corvo e que considerava possível haver melhor articulação entre o transporte marítimo e transporte aéreo. O Deputado concordou com a existência dos operadores privados, mas que os interesses e a economia da ilha nem sempre beneficiam com o transporte realizado por esses operados, pelo que seria necessário adequar as ligações ao Corvo e às suas características, referindo, por exemplo, os condicionalismos existentes na pista do Corvo, número de viagens e lugares disponíveis.

O gestor indigitado, reiterou o compromisso de otimizar a operação Flores – Corvo, tendo em consideração os aspetos referidos pelo Deputado e as características específicas da ilha do Corvo.

O Deputado António Pedroso, por sua vez, desejou ao Dr. Carlos Faias os maiores sucessos na sua nova missão, referindo que os conhecimentos que tem na área do turismo permitam a publicitação dos horários atempadamente para que seja possível



realizar reservas para o verão de 2017. Perguntou se se poderia esperar melhorias nesta questão.

Referiu que o transporte marítimo de passageiros já foi mais regular no Triângulo, sendo que os ajustes realizados na época alta, alteram a regularidade das viagens e comprometem as operações turísticas, solicitando esclarecimentos relativos às manutenções necessárias e se seria possível realizar as manutenções na ilha do Faial ou Pico, e/ou se era possível criar condições para isso.

O Deputado Carlos Silva felicitou o Mestre Carlos Faias pela sua nomeação, valorizando o seu percurso profissional, perguntando qual o impacto que a construção dos dois novos navios terá na disponibilidade de horários, na fiabilidade, na qualidade e conforto do serviço prestado, no aumento da procura e suas repercussões no turismo. Solicitou ainda informações sobre a viabilidade da construção dos novos navios face aos custos atuais de aluguer e de que forma pretende valorizar os recursos humanos.

O Deputado Paulo Estevão, perguntou como seria garantido o acesso da ilha do Corvo após a construção dos novos navios.

O Mestre Carlos Faias, respondeu ao Deputado António Pedroso afirmando que concordava com a necessidade de previsibilidade dos transportes para o setor do turismo e que era seu compromisso disponibilizar os horários da época regular o mais antecipadamente possível, garantindo sempre uma articulação entre o serviço regular e sazonal, que, apesar de serem linhas diferentes, eram, por vezes, complementares.

Relativamente à manutenção dos navios, referiu que era uma obrigação legal, da qual não se pode fugir, julgando que esta é esta feita em Ponta Delgada devido às condições de estaleiro e dos serviços disponibilizados pela Porto dos Açores e pelos privados, que só aqui reuniam as condições para que possa ser realizada.

O gestor indigitado concordou com o Deputado Carlos Silva, referindo que considera que o investimento realizado em 10 anos de aluguer quase que daria para adquirir os novos navios, considerando a aquisição a solução mais benéfica para os contribuintes



açorianos. Relativamente aos recursos humanos, respondeu que para a prestação de um serviço público de qualidade existem sempre aspetos a melhorar, não só na parte técnica, mas também na parte de *BackOffice* e informática, para melhorar relacionamento com os operadores e previsibilidade do setor turístico.

O Dr. Carlos Faias respondeu que a ligação à ilha do Corvo pelo serviço a criar para o todo regional será tida em atenção e que será dada a melhor resposta possível em função da otimização dos meios disponíveis.

O Deputado Luís Garcia, saudou o gestor, desejando um bom trabalho nas novas funções, perguntando se a empresa iria cumprir a resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que define a cidade da Horta como local da seda da Atlânticoline. Referiu estranhar a não referência ao Plano Integrado de Transportes, perguntando se a SATA e a Atlânticoline iriam proceder à articulação entre o transporte marítimo e o transporte aéreo de modo a satisfazer os açorianos e os turistas.

Relativamente ao modelo de transporte marítimo de carga rodada, perguntou como será a articulação deste modelo com os agentes que estão no setor.

O Deputado Paulo Estevão referiu que o problema não estava na aquisição, mas sim na manutenção e exploração dos novos navios. Disse, ainda, que queria acreditar que a operação seria rentável e que iria permitir o crescimento em todas as ilhas, afirmando que ilha do Corvo não poderia ficar de fora, pelo que terá de existir uma garantia de ligação deste serviço à ilha do Corvo.

O Deputado Antonio Vasco Viveiros afirmou que não tinha acesso ao estudo económico, mas diz acreditar que este deva ter uma abordagem muito mais complexa. Referiu que pelo conhecimento que as pessoas que estão no ramo têm sobre este serviço, suportado pelo orçamento da região, qualquer opção errada poderia comprometer o futuro. Referiu novamente o custo de oportunidade face ao que se deixa de poder fazer com os fundos comunitários alocados à compra dos novos barcos e perguntou qual o plano B do governo se a resposta da União Europeia for negativa.



O Deputado José Ávila, referiu que a aquisição dos dois novos navios, permite a resolução de algumas das questões levantadas aqui pelos diversos Deputados, ressalvando que quem queria resolver o problema dos transportes de passageiros da Graciosa, das Flores, de Santa Maria e do Corvo, só poderia estar a favor desta aquisição, pois só assim poderíamos ter um serviço fiável e regular, permitindo que os horários sejam publicados mais cedo, melhorando, por essa via, toda a operação turística.

O Deputado também estranhou que quem agora defende que devia haver horários atempadamente publicados, tivesse proposto e votado a favor uma proposta que implicava a alteração dos horários no mês de julho e agosto, em plena época alta. Por último questionou se existem muitas opções para fretar navios para as condições do mar e dos portos dos Açores.

O Mestre Carlos Faias, respondeu que o processo de fusão das empresas Transmaçor e Atlânticoline estava completo e realizado e que seria dada continuidade ao funcionamento da empresa, onde cerca de 70 a 80% dos funcionários estão na cidade da Horta, existindo também recursos em Ponta Delgada. Informou que estará na Horta o tempo necessário para o funcionamento correto da empresa e para o exercício adequado das suas funções.

O gestor indigitado deixou o compromisso de tentar otimizar os recursos e articular, sempre que seja possível, o transporte marítimo e o transporte aéreo, sem penalizar um por causa dos condicionalismos do outro, considerando ser necessária uma articulação com os operadores do setor relativamente ao futuro serviço de carga rodada.

Relativamente à questão levantada pelo Deputado Paulo Estevão, o gestor afirmou que o Corvo não ficará de fora e não ficará para trás, terá o serviço público garantido, uma vez que era objetivo da Atlânticoline o desenvolvimento socioeconómico e a coesão territorial de todas as ilhas, dentro dos meios ao dispor.

Respondendo ao Deputado Antonio Vasco Viveiros, o gestor indigitado referiu que não se colocava a questão de não participação por parte da União Europeia. Todavia, caso isso se venha a verificar então “reuniremos com o acionista para avaliar



alternativas". A aquisição era incontornável, segundo o gestor, para garantir um transporte marítimo de passageiros e viaturas, e que relativamente ao seu custo de oportunidade não poderíamos olhar apenas para os efeitos diretos, mas também para os efeitos indiretos, aqueles que recaiam nas pessoas, nas empresas, na distribuição de riqueza, confrontando o custo do investimento com o custo de fretamento, sem estar limitados às contingências do próprio mercado de fretamento.

O Mestre Carlos Faias, respondendo às questões colocadas pelo Deputado José Ávila, disse que pretendia disponibilizar os horários com a maior brevidade possível e que os condicionalismos do mercado de fretamento têm aumentado de ano para ano, sendo cada vez mais difícil encontrar navios adequados à nossa realidade e à qualidade de serviço pretendido, estimando-se que o preço do fretamento aumente nos próximos anos. "É a lei da oferta e da procura", concluiu o gestor indigitado.

---

### 3º. CAPÍTULO - POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

---

#### **PS**

O Grupo Parlamentar do PS manifesta parecer favorável à indicação do Mestre Carlos Manuel Redondo Faias para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline S.A.

#### **PSD**

A política de transportes e os recursos afetos a um dos setores determinantes ao desenvolvimento económico e social dos Açores e de cada uma das suas ilhas, constitui uma prioridade recorrente face aos constrangimentos existentes e aos desafios que se colocam à movimentação de pessoas, viaturas e mercadorias, na viabilização de um mercado interno e da sua integração no mercado global.



Apesar de adequadas as habilitações académicas do nomeado Mestre Carlos Manuel Redondo Faias, presentes à Assembleia Legislativa Regional, consideramos relevante, a par da especialização na área da Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, que um candidato à gestão pública de um setor desta natureza, deva ter, preferencialmente, experiência qualificada no referido setor.

Assim, face à inexistência da experiência considerada relevante, os Deputados do Partido Social Democrata abstêm-se quanto à nomeação do Mestre Carlos Manuel Redondo Faias.

#### **CDS-PP**

A nomeação do Dr. Carlos Faias é da responsabilidade do Governo Regional dos Açores, sendo o parecer desta Comissão não vinculativo e como tal esta audição é apenas e só uma mera formalidade.

#### **BE**

O Grupo Parlamentar do BE manifesta o seu parecer favorável relativo à indicação do Dr. Carlos Faias para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Atlânticoline S.A.


#### **PPM**

A Representação Parlamentar do PPM considera muito satisfatória a audição do Dr. Carlos Faias na Comissão Parlamentar de Economia, a propósito da sua indigitação para a presidência do Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A. O nosso parecer é, assim, francamente favorável à proposta de indigitação realizada pelo Presidente do Governo Regional.





O Relator

  
André Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Anexo ao relatório o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

  
Miguel Costa



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

### Nota curricular académica e profissional

#### I – Dados Biográficos

Nome: Carlos Manuel Redondo Faias

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 05/04/1973

#### II – Habilitações Académicas

- Mestre em Gestão, com especialização em Gestão Estratégica e Desenvolvimento do Turismo, pela Universidade Técnica de Lisboa / Universidade dos Açores – 2006.
- Licenciado em Gestão de Empresas do Turismo, pela Escola Superior de Gestão Hoteleira do Estoril – 1998.

#### III – Experiência Profissional

- Diretor Regional da Habitação, do XI Governo Regional dos Açores, em função de reestruturação orgânica, por despacho de nomeação da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Solidariedade Social, de 5 de setembro de 2014 (Despacho nº 1671/2014 de 5 de setembro).
- Diretor Regional da Habitação, do XI Governo Regional dos Açores, por despacho de nomeação da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional da Solidariedade Social, de 29 de novembro de 2012 (Despacho nº 1772/2012 de 29 de novembro).
- Diretor Regional da Habitação, do X Governo Regional dos Açores, por despacho de nomeação da Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade Social, de 15 de dezembro de 2008 (Despacho nº 1270/2008 de 15 de dezembro).
- Docente convidado para lecionar o Seminário em Empreendedorismo e Espírito Empresarial no curso de MBA do Departamento de Economia e Gestão na Universidade dos Açores, edições de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2015.
- Docente na Universidade dos Açores, na qualidade de assistente, da cadeira de Empreendedorismo, desde 2007 até 2011.
- Coordenador do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores entre 2007 e 2008.
- Vice-Presidente de Direção da Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRL, entre 2007 e 2008.



## REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

- Presidente de Direção e membro fundador da Associação ACEESA – Associação Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico, entre 2006 e 2008.
- Diretor Técnico da Agência Regional de Microcrédito dos Açores, através da Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRL, entre 2005 e 2008.
- Vogal de Direção da ARDE – Associação de Desenvolvimento Regional – Grupo de Ação Local, gestor dos PIC LEADER e PRORURAL, nos concelhos de Ponta Delgada e Vila do Porto, entre 2001 e 2008.
- Secretário-geral da Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRL, entre 2001 e 2007.
- Empresário na área do turismo entre 1998 e 2007.
- Diretor de Serviços da empresa Ciprotur, Lda., entre 1998 e 2001.

### IV – Outras Atividades Relevantes

#### Publicações:

- Autor da obra "Marketing Turístico: Conceitos e Tendências", lançado em março de 2010.
- Co-autor da obra "Empreendedorismo, Gestão e Espírito Empresarial", lançado em fevereiro de 2010.
- Autor e co-autor de trabalhos de investigação publicados no âmbito do empreendedorismo e do turismo.